



PROCESSO Nº : 16.287-6/2014 (AUTOS DIGITAIS)
21.077-3/2016 (APENSO)

ASSUNTO : REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA

UNIDADE : SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
JOSÉ CARLOS FERREIRA DA SILVA (GERENTE AEROPORTUÁRIO E
HIDROVIÁRIO)

RESPONSÁVEIS : ESMERALDO TEODORO DE MELO (ENGENHEIRO FISCAL)
PEDRO MAURÍCIO MAZZARO (ENGENHEIRO FISCAL)
ENSERCON ENGENHARIA LTDA
SSM CONSULTORIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

RELATOR : CONSELHEIRO INTERINO JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR

PARECER Nº 190/2019

REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA. SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. OBRAS DE AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS. EXECUÇÃO PARCIAL. FALHAS CONSTRUTIVAS. OCORRÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. NECESSIDADE DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES. MANIFESTAÇÃO PELA CONVERSÃO DA REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA EM TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA.

1. RELATÓRIO

1. Cuidam os autos de **representação de natureza interna** formulada pela Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura em razão de possíveis irregularidades na execução do **Contrato nº 022/2013/SETPU**, formalizado entre a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana (SETPU), atual Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA), e a empresa Ensercon Engenharia Ltda, tendo como objeto a execução dos serviços de ampliação e pavimentação do



aeroporto de Rondonópolis-MT.

2. Esta representação teve como origem comunicação de irregularidade originariamente apresentada à Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado de Mato Grosso e encaminhada a esta Corte de Contas para conhecimento e providências.

3. Também integra o escopo dos presentes autos a análise da execução do **Contrato nº 241/2013/SETPU** com a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda., cujo objeto se refere à execução de serviços de supervisão de obras aeroportuárias das obras de ampliação da pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio e estacionamento de aeronaves do referido aeroporto.

4. Com base no relatório técnico preliminar (doc. digital nº 162701/2014), o Conselheiro Relator decisão monocrática¹ mediante a qual concedeu medida cautelar para a suspensão do Contrato nº 22/2013, posteriormente homologada por meio do **Acórdão nº 2.332/2014-TP**².

5. Oficiados os agentes públicos e particulares indicados como responsáveis pelos fatos supostamente irregulares e juntadas suas manifestações³, fora elaborado relatório técnico conclusivo⁴ pela unidade instrutiva, bem como emitido o Parecer nº 1.139/2015⁵, da lavra deste *Parquet* de Contas. Tais manifestações foram posteriormente ratificadas tanto pela equipe de auditoria (relatório técnico da Secex-Obras – doc. digital nº 174219/2015), quanto pelo Ministério Público de Contas (Parecer nº 6.324/2015 – doc. digital nº 182530/2015), após a juntada de nova documentação⁶.

6. Ato seguinte, foi proferida decisão⁷ no sentido de expedir novas

1 Decisão Singular 1475/AJ/2014 – doc. digital nº 170794/2014

2 Doc. digital nº 190060/2014.

3 Manifestações de SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda (doc. digital nº 180605/2014); Sr. Cinésio Nunes de Oliveira (docs. digitais nº 182964, 182965, 182966, 182967 e 190976/2014); Sr. José Carlos Ferreira da Silva (docs. digitais nº 185167, 185257 e 185258/2014); Sr. Esmeraldo Teodoro de Melo (doc. digital. nº 184030/2014) e Ensercon Engenharia Ltda (doc. digital. nº 183302/2014).

4 Doc. digital nº 25781/2015

5 Doc. digital nº 27593/2015.

6 Documentação explicitada no relatório técnico do doc. digital nº 257519/2018, fls. 14.

7 Doc. digital nº 222337/2015.



notificações ao Sr. Marcelo Duarte Monteiro, gestor da SINFRA à época, a fim de que prestasse esclarecimentos acerca da situação da obra (em novembro/2015), bem como, às empresas Ensercon Engenharia Ltda. e SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda., para o pleno exercício do contraditório e ampla defesa.

7. Juntadas as manifestações, a equipe técnica ratificou⁸ todas as irregularidades já expostas nos relatórios técnicos precedentes, assim como o fez o Ministério Público de Contas⁹ a respeito dos pareceres até então emitidos.

8. Após a instrução processual, foi proferido o **Acórdão nº 673/2016 – TP**, publicado em 27/01/2017, havendo dispositivo para o aditamento da medida cautelar homologada pelo Acórdão nº 2.332/2014-TP e, dentre outras, determinação para que a então Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia elaborasse minuta de Termo de Ajustamento de Gestão.

9. Fora juntado aos autos pedido para formalização de Termo de Ajustamento de Gestão, proposto pelo Secretário de Estado de Infraestrutura, Sr. Marcelo Duarte Monteiro (documento digital nº 200153/2016), apensado aos autos principais sob o nº 21.077-3/2016.

10. Encaminhados os autos à unidade instrutiva para o cumprimento das determinações contidas no Acórdão supratranscrito, a equipe, diante do conhecimento de fatos novos, em especial, do pedido de recuperação judicial da empresa Ensercon Engenharia Ltda., realizou inspeção *in loco* na data de 16/03/2017 e, após, emitiu novo relatório técnico¹⁰ contendo apontamentos acerca de aditivação irregular do Contrato nº 22/2013 e subcontratação irregular, bem como, sugestão para notificação do então gestor da Pasta para esclarecimentos adicionais.

11. O gestor apresentou esclarecimentos por meio dos documentos digitais nº 156347/2017 e 163965/2017.

12. Mediante decisão do doc. digital nº 67238/2018, a Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen declinou a competência para relatar a presente representação,

8 Docs. digitais nº 26466/2016 e 157506/2016.

9 Parecer nº 1.249/2016 – doc. digital nº 44628/2016.

10 Doc. digital nº 142461/2017.



bem como o pedido de formalização de TAG apensado, e determinou a remessa dos autos ao Gabinete do Conselheiro Interino João Batista de Camargo Júnior para adoção das providências que entender cabíveis.

13. Na sequência, houve encaminhamento à então Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia para análise quanto à solicitação do gestor referente à celebração de Termo de Ajustamento de Gestão, considerando a possível preclusão temporal, conforme disposto no art. 238-E, §4º, do Regimento Interno deste Tribunal (documento digital nº 77559/2018).

14. Em relatório técnico (documento digital nº 84059/2018), a Equipe de Auditoria analisou o pedido de formalização Termo de Ajustamento de Gestão, bem como os esclarecimentos e documentos enviados pelo Sr. Marcelo Duarte Monteiro, e informou que o mesmo não respondeu de forma objetiva os questionamentos elaborados pela Equipe Técnica, fator que impossibilitou a elaboração da minuta do Termo de Ajustamento de Gestão.

15. Além disso, diante do lapso temporal entre a decisão do Acórdão nº 673/2016-TP para elaboração da minuta do Termo de Ajustamento de Gestão e o retorno dos autos à Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia, informou que foi necessário realizar nova inspeção in loco em 04/04/2018, pela qual a unidade instrutiva constatou, para além da permanência das irregularidades previamente detectadas, outras irregularidades que teriam ocasionado o aumento do dano ao erário.

16. Assim, a Secretaria especializada encaminhou os autos ao Conselheiro Relator para análise da conveniência ou não, da formalização da proposta do Termo de Ajustamento de Gestão determinada por meio do Acórdão nº 673/2016, tendo em vista os novos fatos que surgiram após a prolação dessa decisão, bem assim, em razão da ocorrência de preclusão temporal para formalização do Termo de Ajustamento de Gestão estabelecido no artigo § 4º do art. do artigo 238-B do Regimento Interno do TCE/MT e de vedação expressa prevista no inciso I, do § 4º, do artigo 238-B, do mesmo Regimento.



17. Vieram os autos, então, ao Ministério Público de Contas para análise e manifestação, oportunidade em que o parecer fora convertido em pedido de diligência¹¹ em virtude da necessidade da adoção de novas medidas instrutórias.

18. O Conselheiro Relator acolheu¹² o pedido ministerial e determinou nova notificação do titular da Secretaria de Estado de Infraestrutura para o encaminhamento das informações pertinentes.

19. Após a juntada da documentação encaminhada¹³ pelo gestor, a equipe técnica emitiu relatório técnico por meio do qual indicou a ocorrência de dano ao erário no montante de **R\$ 7.248.057,60** (sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), tendo proposto, em vista disso:

a) o reexame da determinação exarada no Acórdão nº 673/2016-TP diante da inviabilidade de formalização de TAG, considerando a vedação do inciso I, § 4º do art. 238-B do Regimento Interno, a situação de recuperação judicial da empresa Ensercon, a delação do ex-Governador Silval Barbosa relativa à entrega de propinas ligadas à obra do Aeroporto de Rondonópolis.;

b) a conversão do presente Processo de Representação de Natureza Interna em Processo de Tomada de Contas Ordinária em face do IC nº 22/2013 – Execução dos serviços de ampliação e pavimentação do Aeroporto de Rondonópolis-MT;

c) a INSTAURAÇÃO de Processo de Tomada de Contas Ordinária em face do IC nº 241/2013 – “Execução de serviços de supervisão de obras aeroportuárias de obras de ampliação da pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio e estacionamento de aeronaves do Aeroporto de Rondonópolis-MT”, tendo como contratada a Empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda – Empresa Supervisora IC nº 241/2013.

20. Por fim, retornaram os autos ao Ministério Público de Contas para

11 Pedido de Diligência nº 105/2018 -doc. digital nº 95389/2018.

12 Doc. digital nº 155070/2018.

13 Ofício nº 1204/2018/GS/SINFRA (Docs. digitais nº 173140, 173153, 173154 e 173155/2018)



análise e emissão de parecer.

É o relatório, no que necessário.

Segue a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Dos requisitos de admissibilidade

21. Quanto aos requisitos de admissibilidade, convém mencionar que já fora realizado juízo positivo pelo Conselheiro Relator¹⁴, assim como expressa a concordância deste *Parquet* de Contas¹⁵, tendo em vista que a proposta de instauração formalizada por unidade técnica e consubstanciou indícios de irregularidades em execução contratual com possível ocorrência de dano ao erário, matéria de competência do Tribunal de Contas.

2.2. Do mérito

22. Conforme relatado, tratam os autos de possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 022/2013, formalizado entre a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana (SETPU), atual Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA), e a empresa Ensercon Engenharia Ltda, tendo como objeto a execução dos serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto de Rondonópolis-MT.

23. Também integrou o escopo dos presentes autos a análise da execução do Contrato nº 241/2013 com a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda., cujo objeto se refere à execução de serviços de supervisão de obras aeroportuárias das obras de ampliação da pista de pouso e decolagem, pista de táxi e

14 Julgamento Singular nº 1475/AJ/2014, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, edição n.º 473, de 26/09/2014, às págs. 01 e 02 – doc. digital nº 171481/2014.

15 Parecer nº 1139/2015 – doc. digital nº 27593/2015.



pátio e estacionamento de aeronaves do referido aeroporto.

24. Após extensa instrução processual, o Ministério Público de Contas, entendendo que ainda seria prematura a emissão de parecer acerca da viabilidade do Termo de Ajustamento de Gestão proposto pelo titular da Secretaria de Estado de Infraestrutura, requereu, mediante o Pedido de Diligência nº 105/2018 (doc. digital nº 95389/2018), a adoção de novas medidas instrutórias, dentre as quais, a notificação do gestor para esclarecimentos dos últimos pontos levantados pela unidade instrutiva (constantes do documento digital nº 142641/2017), o reenvio dos autos à equipe técnica para análise desses esclarecimentos e atualização do relatório técnico em virtude do estudo realizado em conjunto com os técnicos da Secretaria de Infraestrutura e Logística e da Supervisora LBR Esteio, além de, **se fosse o caso**, a elaboração do Termo de Ajustamento de Gestão.

25. Em seu derradeiro relatório técnico (doc. digital nº 257519/2018), a equipe de auditoria apresentou fatos relevantes correlacionados ao objeto da presente representação, destacando-se a citação em colaboração premiada do ex-governador Silval Barbosa de que a obra de ampliação do aeroporto de Rondonópolis-MT serviria como subterfúgio para a cobrança de propinas.

26. A equipe também sobrelevou a existência do Relatório nº 004/2015 da Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso, homologado em 23/10/18 pelo Secretário Controlador-Geral do Estado, do qual consta extensa lista de recomendações ao gestor da Secretaria de Estado de Infraestrutura voltadas a sanar as irregularidades verificadas na execução dos Contratos nº 022/2013/SETPU e 241/2013/SETPU e apurar a responsabilidade pelas falhas.

27. A unidade instrutiva também salientou que em 04/04/2018 foi realizada nova inspeção *in loco*, contando com o acompanhamento de representantes da Supervisora Consórcio LBR - Esteio e da empresa RTA Engenheiros, Consultores – Gerenciadora, bem como da engenheira da SINFRA, Sra. Paula Janayna Fenerich, ocasião em que foram constatadas falhas construtivas, tanto qualitativas quanto quantitativas, nas cercas de alambrado, no prolongamento da pista de pouso, na pista de táxi e no pátio das aeronaves.



28. Mencione-se que a Supervisora Consórcio LBR – Esteio elaborou, após a essa última vistoria, o Relatório Técnico RTS5MT165718, por meio do qual fundamentou proposta de medição revisora (11ª medição) no importe de R\$ 3.043.820,75 (três milhões, quarenta e três mil oitocentos e vinte reais e setenta e cinco centavos).

29. A equipe técnica realizou a análise das medições elaboradas pelos Engenheiros Fiscais da Sinfra, Sr. Esmeraldo Teodoro de Mello, Sr. Pedro Maurício Mazzaro, Sr. Paulo Roberto Machado Gomes, bem como do Relatório RTS5MT165718 elaborado pela Supervisora Consórcio LBR – Esteio e, consolidando a memória de cálculo dos serviços efetivamente executados com os padrões técnicos aceitáveis¹⁶, apurou, até então, o montante de **R\$ 7.248.057,60 (sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cinquenta e sete reais e sessenta centavos) de dano ao erário.**

30. Diante das constatações, a equipe concluiu sugerindo o reexame da determinação exarada no Acórdão nº 673/2016-TP elaboração de minuta de Termo de Ajustamento de Gestão, a conversão dos presentes autos em tomada de contas ordinária, bem como a instauração de outra tomada de contas ordinária com o escopo específico de averiguar a execução do Contrato nº 241/2013, formalizado com a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda. para a supervisão das obras de ampliação do aeroporto de Rondonópolis.

31. O Ministério Público de Contas entende serem acertadas as sugestões da equipe de auditoria.

32. A uma, porque há expressa vedação regimental para a formalização de Termo de Ajustamento de Conduta acerca de atos ou fatos que possam configurar ato doloso de improbidade administrativa ou de desvio de recursos públicos. No caso dos autos, há inegável arcabouço probatório indicando a ocorrência de dano ao erário decorrente de ação ou omissão, cuja responsabilidade será melhor delimitada nos autos de tomada de contas ordinária, acaso acolhida a proposta da equipe técnica pela Corte.

16 Planilha A – doc. digital nº 253921/2018.



33. A duas, porque, como dito, as evidências apontam para importante dano imposto ao erário e, sendo assim, é a tomada de contas a via processual adequada para a persecução do ressarcimento pelos responsáveis, havendo expressa previsão regimental nesse sentido:

Art. 149-A. Se no curso de qualquer fiscalização forem constatados fatos ou atos que causem dano ao erário ou que apresentem irregularidades insanáveis que possam configurar atos de improbidade administrativa, a equipe de instrução ou o secretário de controle externo deverá propor ao relator que seja determinada a instauração ou conversão do processo em tomada de contas.

34. Destaque-se que apesar de bastante madura a apuração dos valores a serem ressarcidos ao erário, não há a precisa indicação e identificação dos responsáveis, com a descrição da conduta comissiva ou omissiva e do nexo de causalidade, elementos a serem desvendados na instrução das tomadas de contas.

35. Assim sendo, em face dos elementos probatórios já constantes dos autos e diante da inviabilidade técnica e vedação regimental para formalização do Termo de Ajustamento de Gestão determinado pelo Acórdão nº 673/2016 – TP, o **Ministério Público de Contas acompanha integralmente o posicionamento da equipe técnica.**

3. CONCLUSÃO

36. Pelo exposto, o **Ministério Público de Contas**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo do Estado de Mato Grosso (art. 51 da Constituição Estadual), em consonância com a equipe de auditoria, **opina:**

a) pelo **reexame do Acórdão nº 673/2016-TP** para excluir determinação para minuta de Termo de Ajustamento de Gestão, em razão da vedação do inciso I, § 4º do art. 238-B do Regimento Interno do TCE/MT;

b) pela **conversão dos presentes autos em tomada de contas ordinária** em face do Contrato nº 22/2013/SETPU – Execução dos serviços de ampliação e pavimentação do Aeroporto de Rondonópolis-MT, com fulcro nos arts. 89, III e 230 do



Regimento Interno do TCE/MT;

c) pela **instauração de tomada de contas ordinária** para apurar a execução do Contrato nº 241/2013/SETPU – “Execução de serviços de supervisão de obras aeroportuárias de obras de ampliação da pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio e estacionamento de aeronaves do Aeroporto de Rondonópolis-MT”, tendo como contratada a Empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda.

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 07 de fevereiro de 2019.

(assinatura digital)¹⁷
WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR
Procurador-geral de Contas Adjunto

17. Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.